

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Noroestecom Telecomunicações S.A. (“Companhia”), localizada na Rua Achilles Orlando Curtolo, nº 467, Parque Industrial Tomas Edson – São Paulo – SP, tem como objetivo social a exploração de telecomunicações em geral no Brasil, compreendendo a exploração de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), a exploração de serviços de telefonia fixa comutadas em regime privado (STFC) e a realização de atividades de interconexão entre redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis e a participação em outras sociedades.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 2013, no entanto, ainda depende do suporte financeiro contínuo de seus acionistas e de terceiros de forma a permitir a conclusão de seu plano de investimentos.

Reestruturação societária

Em 25 de novembro de 2020 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, para aprovar aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 19.746, mediante integralização de adiantamento para futuro aumento de capital, com emissão de 4.913 ações ordinárias, realizado pelo acionista Qiviuk Participações Ltda.

Nessa data também foi firmado Compromisso de compra e venda de ações, capitalização e outras avenças entre os acionistas da Companhia, tendo como comprador o acionista Qiviuk Participações Ltda. e como vendedor o acionista FIP Volluto Multiestratégia Investimento no Exterior. O objeto de negociação foi 2.811 ações ordinárias, nominativas da Companhia.

Plano estratégico e fluxo e caixa da Companhia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante no montante de R\$ 14.715 (R\$ 7.171 em 31 de dezembro de 2021), sendo representado principalmente pelo saldo de empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 6.887 (lucro líquido de R\$ 5.371 em 31 de dezembro de 2021).

Com base no plano estratégico a Administração, prevê um cenário propício para seus negócios com o advento da pandemia e que espera a sua manutenção para os próximos 5 anos, tendo perspectivas de resultados positivos conforme faturamento abaixo:

Anos	Projeção de faturamento
2023	30.859
2024	57.858
2025	67.694
2026	79.202
2027	88.706

Em maio de 2022 houve encerramento do processo com a Transbrasiliana, acordo amigável relativo à ação judicial (vide Nota Explicativa nº 15). Este acordo, é referente liberação de 30 fibras adicionais para elevar a geração de caixa da Companhia com adição de novos clientes.

Com isto, a Noroestecom viabiliza domínio maior de prestação de serviços, em novas áreas, onde não tinha acesso, antes da negociação do acordo do processo de execução de título extrajudicial em andamento, até a emissão dessa demonstração o acordo não está concluído, além dessa expectativa, a Companhia também oportuniza novas parcerias com operadoras e novos fornecedores de serviços para ampliação do portfólio, e atuação no mercado B2C em sua região de atuação, aumentando de forma significativa a receita.

A Noroestecom tem perspectiva de melhorar o resultado, pois está trabalhando em:

- a) Ampliar seus esforços no desenvolvimento em tecnologia e inovação na área de telecomunicações;
- b) Visando recompor seu caixa o grupo estuda a alienação de ativos que não estejam mais dentro do foco principal para reduzir dívida e financiar os próximos investimentos;
- c) Alongamento do passivo bancário, por meios de negociação com todos os bancos parceiros do que sempre apoiaram o desenvolvimento da Noroestecom e do Grupo Splice; e
- d) Aportes financeiros dos acionistas, caso necessário, para honrar seus compromissos e dar continuidade na operação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias as demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, com base na avaliação da Administração.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 24 de maio de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 5** – Provisão para perda de crédito esperada;
- **Nota Explicativa nº 8** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para Contingências;
- **Nota Explicativa nº 22** – Impostos diferidos.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

As disponibilidades em moeda nacional são avaliadas pelo seu valor de face. Para elaboração da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, as aplicações financeiras com vencimento original de até 90 dias.

3.2. Contas a receber

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor nominal, incluindo atualizações monetárias e juros, quanto aplicável. Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas.

A Companhia mensura a provisão para perda estimada, reconhecida como redução de contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(i)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e **(ii) a)** Ativos financeiros a custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Passivos financeiros

Representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos bancários, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

3.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

3.5.1. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, conforme as taxas mencionadas abaixo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial, quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação são prováveis nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7. Arrendamento a pagar

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

3.8. Impostos e contribuições

3.8.1. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10%), e a contribuição social sobre o lucro pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos são calculados às alíquotas vigentes na legislação fiscal e são provenientes de diferenças temporárias (correspondentes a valores que integrarão os resultados fiscais de períodos subsequentes), inclusive os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro.

3.8.2. Impostos e contribuições sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos e contribuições, exceto:

- Quando os impostos e contribuições sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços, não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que os tributos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos e contribuições sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos e contribuições sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativa na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceda o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preço de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor justo é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos. A existência poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis para possíveis consequências de auditoria por parte das autoridades fiscais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial, não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, riscos de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ornamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, na medida em que são incorridos.

3.12. Receita operacional

De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir:

- i) Identificação do contrato:** contrato de prestação de serviço contendo substância comercial, objeto, obrigações e direitos entre as partes, prazo e descrição de permanência; com a elegibilidade apresentada e assinados entre contratada e contratante;
- ii) Identificação das obrigações de desempenho:** prestação de serviço de comunicação multimídia (SCM);
- iii) Determinação do preço:** representado pelo plano de serviço e velocidade contratado;
- iv) Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho:** alocação direta e simples do preço de transação, uma vez que os contratos possuem apenas uma obrigação de desempenho (entrega da prestação de serviço SCM); e
- v) Reconhecimento da receita:** reconhecida mensalmente de acordo com a prestação de serviço.

O modelo de negócio da Companhia é predominante baseado em contratos de Prestação de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), com valor justo e razoável. Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e resultado dos valores nas contas de receitas de venda de serviço, são apropriadas mensalmente, conforme faturado de acordo com o serviço e período prestado.

3.13. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre mútuos e rendimentos de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas bancárias, variações monetárias e juros passivos.

3.14. Novas políticas contábeis

Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2022, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de Material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento; e
- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos de seguros (alterações à IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à estrutura conceitual (alterações à IFRS 3);
- Produtos antes do uso pretendido (alterações à IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações à IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); e
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações à IAS 1).

3.15. Pandemia do Covid-19 e seus impactos

Após o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, declarando Emergência de Saúde Pública, ocasionado pelo surto de Covid-19, a Administração passou a avaliar de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações. Desde setembro de 2021, houve uma redução da taxa de transmissão e número de casos, decorrentes da evolução significativa nos níveis de vacinação. Diante do cenário atual, a empresa continua com as medidas de higienização e fornecimento de álcool em gel; divulgação de campanhas educativas e acompanhamento e controle de vacinação dos colaboradores.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	1	1
Bancos	149	1
Aplicação financeira (i)	1.643	4.608
Total	1.793	4.610

(i) As aplicações financeiras em CDBs são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações ajustadas pela taxa anual do CDI, sem prejuízo relevante sobre a remuneração apropriada (liquidez imediata), em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e segregadas no curto prazo.

5. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Em moeda nacional:		
Clientes faturados	1.228	803
(-) Perda Esperada de Crédito	(765)	(657)
Total	463	146

Demonstramos a seguir os montantes a receber por idade de vencimento (*aging-list*) em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
A vencer	463	146
Vencidos há mais de 180 dias	765	657
Total	1.228	803

A Administração entende que há perdas relevantes nos saldos a receber de clientes (faturados ou a faturar) quando os itens estão vencidos acima de 180 dias, também adota outras premissas combinadas com análises adicionais para determinar a provisão para perda esperada de crédito.

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada como segue:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(657)	(693)
Movimento	(108)	36
Total	(765)	(657)

6. Créditos diversos

	2022	2021
Descrição		
Outros adiantamentos a terceiros	79	104
Total	79	104

7. Despesas antecipadas

Descrição	2022	2021
Seguros	51	68
Total	51	68

8. Imobilizado

a) Composição

	2022			2021			
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	65	-	65	65	-	65
Equipamento e Infraestrutura	10%	36.009	(20.050)	15.959	33.001	(15.734)	17.267
Veículos	20%	5	(5)	1	5	(5)	1
Móveis	10%	63	(50)	13	63	(49)	15
Outros	10%	1.097	(897)	200	1.097	(841)	256
Total		37.239	(21.002)	16.237	34.231	(16.629)	17.603

b) Movimentação do ativo imobilizado em 2022

	Saldo 2021 líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 2022 líquido
Terrenos	65	-	-	-	65
Equipamento e infraestrutura	17.266	3.010	(2)	(4.315)	15.959
Veículos	1	-	-	-	1
Móveis	15	-	-	(2)	13
Outros	256	-	-	(57)	199
Total	17.603	3.010	(2)	(4.374)	16.237

c) Movimentação do ativo imobilizado em 2021

	Saldo 2020 líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 2021 líquido
Terrenos	65	-	-	-	65
Equipamento e infraestrutura	12.275	9.119	-	(4.128)	17.266
Veículos	79	-	-	(78)	1
Móveis	21	-	-	(6)	15
Outros	372	-	-	(116)	256
Total	12.812	9.119	-	(4.328)	17.603

O ativo imobilizado é empregado exclusivamente nas operações da Companhia. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

9. Empréstimos e financiamentos

Banco	Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	2022	2021
LUSO Contr. 2020004658/0013	Capital de giro	6,17% a.a.	Cessão de direitos creditórios	17/02/2024	1.482	2.447
LUSO Contr. 5248740009	Capital de giro	6,26% a.a.	Cessão de direitos creditórios	14/04/2026	985	-
LUSO Contr. 5253820007	Capital de giro	6,26% a.a.	Cessão de direitos creditórios	08/09/2026	7.237	-
DAYCOVAL contr. 88128.7	Capital de giro	0,45% a.m. + CDI	Cessão fiduciária em garantia de aplicação financeira	06/11/2023	5.415	10.071
ABC Contr. 7786.120	Capital de giro	5,35% a.a.	Cessão de direitos creditórios	20/11/2023	1.212	2.311
ABC Contr. 8738.021	Capital de giro	4,83% a.a.	Cessão de direitos creditórios	16/09/2024	2.038	3.003
Total - empréstimos e financiamentos					18.369	17.832
Circulante	-	-	-	-	7.608	10.864
Não circulante	-	-	-	-	10.761	6.968

As linhas de financiamentos possuem como garantia alienação fiduciária dos bens, notas promissórias e aval dos sócios.

A Companhia é arrendatária de equipamentos de informática, telefonia, softwares e móveis e utensílios, com opção de compra mediante contratos de arrendamento mercantil financeiro.

Os bens adquiridos e as parcelas a vencer estão registrados pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias no imobilizado e no passivo, sendo os juros sobre os contratos reconhecidos mensalmente de acordo com o período de competência.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a parcela de longo prazo possuía os seguintes vencimentos:

	2022	2021
2023	-	6.040
2024	6.626	928
2025	2.508	-
2026	1.627	-
Total	10.761	6.968

9.1. Movimentação dos empréstimos:

Banco	Saldo	Adições		Amortização		Saldo
	2021	Principal	Juros	Principal	Juros	2022
LUSO Contr. 2020004658/0013	2.447	-	348	(1.082)	(231)	1.482
LUSO Contr. 5248740009	-	1.025	135	(49)	(126)	985
LUSO Contr. 5253820007	-	7.141	428	-	(332)	7.237
DAYCOVAL contr. 88128.7	10.071	-	1.296	(4.629)	(1.324)	5.415
ABC III contr. 7786.120	2.311	-	298	(1.100)	(297)	1.212
ABC IV contr. 8738.021	3.003	-	431	(968)	(428)	2.038
Total – empréstimos e financiamentos	17.832	8.166	2.936	(7.827)	(2.738)	18.369

Banco	Saldo	Adições		Amortização		Saldo
	2020	Principal	Juros	Principal	Juros	2021
ABC Finame	847	-	13	(847)	(13)	-
LUSO	3.380	-	279	(933)	(279)	2.447
ABC II	1.797	-	104	(1.797)	(104)	-
DAYCOVAL	10.069	-	992	2	(992)	10.071
ABC III	3.006	-	265	(695)	(265)	2.311
ABC IV	-	3.000	91	3	(91)	3.003
Total – empréstimos e financiamentos	19.099	3.000	1.744	(4.267)	(1.744)	17.832

a) Cláusulas restritivas de contratos de empréstimos (“covenants”)

A Companhia monitora permanentemente o cumprimento de índices previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Citamos a seguir as cláusulas restritivas:

- i) Se incorrerem em mora e/ou inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o credor sob e de acordo com este título; não sanados dentro de prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir do recebimento de notificação do credor nesse sentido;

- ii)** Se incorrerem em mora e/ou inadimplemento, ou ainda vencimento antecipado, de qualquer outra obrigação assumida perante o credor sob outros títulos ou contratos, desde que não sanado em 02 (dois) dias úteis do recebimento de notificação pelo credor nesse sentido, ou perante qualquer outra instituição/companhia pertencente ao grupo econômico do credor, ou perante outras instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional, não sanado em até 15 (quinze) dias úteis da data da ocorrência do evento de mora e/ou inadimplemento;
- iii)** Ocorrência de alguma das hipóteses estabelecidas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro;
- iv)** Pedido ou decretação de falência, apresentação de requerimento de autofalência, pedido de declaração de insolvência civil, intervenção, liquidação ou recuperação extrajudicial ou início de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, visando uma recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
- v)** Protesto de título por cujo pagamento sejam responsáveis, na condição de devedores e/ou garantidores, cujo valor seja superior a R\$ 5.000 (cinco milhões de reais) com relação ao emitente e R\$ 10.000 (dez milhões de reais) para os avalista(s)/coobrigado(s), e não apresentação ao credor de prova satisfatória, a exclusivo critério deste, de que a dívida representada por aquele título foi paga ou contestada por meio dos procedimentos adequados, no prazo estabelecido pelo credor para a referida apresentação;
- vi)** Alteração do estado econômico-financeiro que reduza, de acordo com a análise de crédito do credor, sua capacidade para cumprir quaisquer das obrigações de pagamento assumidas perante o credor ou perante terceiros;
- vii)** Alteração de seu objeto social, da composição de seu capital social, ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, exceto se forem relacionadas a companhias do mesmo grupo econômico ou exceto se forem relacionadas ao(s) avalista(s)/coobrigado(s);
- viii)** Protesto de títulos, distribuição de ação de execução por título extrajudicial ou judicial, emissão de cheque sem fundos ou qualquer outra restrição cadastral ou creditícia, que somados superem o valor de R\$ 200 (duzentos mil reais);
- ix)** Descumprimento da obrigação de notificação ao credor de qualquer fato que possa ocasionar a perda, oneração, desvalorização ou anulação das Garantias, no prazo de 2 (dois) dias úteis após sua ocorrência;
- x)** Caso não seja providenciado o reforço e/ou substituição das Garantias, após a ocorrência de qualquer fato que possa ocasionar sua perda, insuficiência, desvalorização ou deterioração, inclusive em razão de majoração da dívida decorrente desta CCB e não sanados em até 5 (cinco) dias após a sua ocorrência;
- xi)** Se os Registros Públicos, entidades registradoras, depositários centrais e/ou órgãos competentes não registrarem esta CCB e/ou qualquer um dos instrumentos das Garantias em até 30 (trinta) dias após a data do pedido de registro ou, ainda, inadimplemento quanto à entrega ao credor de qualquer documento necessário para o registro das Garantias;
- xii)** Alegação de falsidade e/ou incompletude das declarações feitas ao credor mediante a assinatura desta CCB;
- xiii)** Contestação judicial dos termos e condições desta CCB ou de qualquer outra obrigação assumida perante o Grupo Daycoval;
- xiv)** Mudança adversa de condições econômico-financeiras, início de processo de liquidação de ativos, bloqueio, arresto, sequestro ou constrição extrajudicial ou judicial sobre qualquer bem, ativo financeiro ou valor mobiliário;

- xv) Alteração de controle, exceto se realizado no mesmo grupo econômico ou troca de gestão financeira;
- xvi) Discordância, pelo emitente ou por qualquer um dos devedores solidários, das novas características da Operação que lhes tenham sido notificadas pelo credor conforme a cláusula 1.3 acima;
- xvii) Inclusão do nome do emitente e/ou de qualquer um dos devedores solidários no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT ou existência de débito ou ação trabalhista e/ou previdenciária que possa ensejar o cadastro no BNDT;
- xviii) Se for iniciado procedimento investigatório para apuração de violação de norma **(a)** relacionada à prevenção de “lavagem” ou ocultação de bens, prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, ou **(b)** que, a critério do credor, implique aumento do risco socioambiental assumido em razão da operação representada por esta CCB; ou
- xix) Cassação da licença ambiental, quando aplicável, ou sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem trabalho infantil, análogo ao escravo, proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente;
- xx) Se ocorrer qualquer alteração societária e/ou transferência de controle do capital social do emitente e/ou do(s) devedor(es) solidário(s), bem como a sua fusão, incorporação ou cisão; e
- xxi) Se o EMITENTE transferir, ceder, ou prometer a terceiros os seus direitos e obrigações decorrentes desta Cédula, sem a prévia anuência, por escrito, do banco.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está cumprindo todos os índices (*covenants*) previstos em contrato.

10. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores	7.999	6.807
Total	7.999	6.807
Circulante	5.673	4.614
Não circulante	2.326	2.193
Total	7.999	6.807

	2022	2021
A vencer	5.673	4.614
Vencidos		
Até 30 dias	725	-
De 31 a 60 dias	383	-
De 61 a 90 dias	285	-
De 91 a 180 dias	401	1.385
De 181 a 360 dias	58	808
Acima de 360 dias	474	-
Total	7.999	6.807

Devido a operação da Companhia os fornecedores são quitados de acordo com os prazos negociados.

11. Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Salários e encargos a pagar	140	135
Provisão de férias e encargos a pagar	302	341
Total	442	476

12. Obrigações tributárias

	2022	2021
ICMS a pagar	333	526
PIS a pagar	26	15
Cofins a pagar	123	71
Impostos a recolher retidos de terceiros	17	8
FUST a pagar	15	16
FUNTEL a pagar	7	8
Total	521	645

13. Partes relacionadas

a) Saldo com partes relacionadas:

Ativo

	2022	2021
Qiviuk Participações Ltda.	-	8.164
Total do ativo (i)	-	8.164

Passivo

	2022	2021
Comporte Participações Ltda.	1.116	992
Qiviuk Participações Ltda.	125	-
Total do passivo (i)	1.241	992

(i) Os saldos de partes relacionadas, são referentes a mútuos, onde estão embasados em seus respectivos contratos, com correção monetária e prazo de pagamento.

Variação Ativa

	2022	2021
Qiviuk Participações Ltda.	454	826
Splice do Brasil Telecomunicação e Eletrônica S/A	-	296
Total	454	1.123

Variação Passiva

	2022	2021
Comporte Participações Ltda.	(124)	(42)
Qiviuk Participações Ltda.	(6)	-
Total	(130)	(42)

b) Remuneração a administração

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve remuneração paga aos Administradores da Companhia.

14. Arrendamento mercantil

A Companhia efetua arrendamento de contratos de aluguel e locação de infraestrutura de telecomunicações. Onde o prazo de vida útil utilizado para o cálculo de depreciação está em linha com a expectativa de renovação dos contratos. Segue abaixo a movimentação na adoção do CPC 06 (R2):

14.1. Direito de uso

	2022	2021
Saldo Inicial	26.397	21.297
(+) Adição	8.692	7.273
Total do custo	35.089	28.569
(-) Amortização anual	(3.154)	(2.172)
Saldo Final	31.935	26.397

14.2. Arrendamento a pagar

	2022	2021
Saldo inicial	27.496	22.315
Reconhecimento inicial	8.692	7.273
Pagamentos arrendamento	(4.388)	(3.275)
Juros apropriados no exercício	1.505	1.183
Saldo final	33.305	27.496
Circulante	2.963	1.779
Não circulante	30.342	25.717

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros mensal, utilizando como critério a taxa média de captação de empréstimos contratados que é de 4,48% e 6,17% ao ano, a mesma taxa utilizada para alguns tipos de financiamentos da Companhia.

As despesas com locações incorridas pela Companhia referente aos itens de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é considerado pela administração de baixo valor, reconhecidos no resultado foi de R\$ 3.938 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.650 exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

15. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita aos processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e civil. A Administração apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de estimativa para perdas contingentes.

Com base na análise da opinião dos seus advogados, a Administração constituiu estimativa para perdas contingentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme abaixo:

Perda Provável

Natureza	2022	2021
Trabalhista	126	636
Civil	-	3.500
Total	126	4.136

	2022	2021
Saldo em 31/12/2021	4.136	175
Pagamentos	(3.500)	-
Reversão de Provisões	(578)	-
Provisões	68	3.961
Saldo em 31/12/2022	126	4.136

Circulante	-	3.500
Não circulante	126	636

15.1. Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de processos trabalhistas.

	2022	2021
Depósito Judicial	107	1.519
Total	107	1.519

	2022	2021
Circulante	-	1.510
Não circulante	107	9

Em 17 de maio de 2022 houve encerramento do processo com a Transbrasiliana, acordo amigável relativo à ação judicial. O valor de R\$ 1.495 que estava contabilizado em depósitos judiciais foi baixado na data do encerramento do processo.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é composto pelo valor de R\$ 38.246 com 23.413 ações ordinárias sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia está composto pelos seguintes acionistas:

	Quantidade	Participação	Capital social
Fundo de Investimento em participações Volluto	6.439	27,50%	9.250
Qiviuk Participações Ltda.	16.974	72,50%	28.996
Total	23.413	100%	38.246

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo ou aumentar o capital.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar devem destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Devido ao prejuízo apresentado, não foram distribuídos dividendos nos exercícios sociais de 2022 e 2021.

17. Receita líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios:

	2022	2021
Receita de serviços prestados	24.685	25.995
Impostos sobre vendas	(5.874)	(7.058)
Total	18.811	18.937

18. Custos de serviços prestados

	2022	2021
Custo com pessoal (salários e encargos)	(2.010)	(1.791)
Custo de serviços vendidos	(3.128)	(2.476)
Custo com link de internet	(1.232)	(834)
Custo de aluguel	(3.938)	(2.650)
Depreciação/amortização	(4.318)	(4.124)
Amortização direito de uso	(3.154)	(2.172)
Outros custos	(2)	(23)
Total	(17.782)	(14.070)

19. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	2022	2021
Despesas administrativas e comerciais (Nota nº 19.1)	(3.309)	(4.759)
Despesas com veículos	(395)	(182)
Despesas com aluguel de instalações	(204)	(168)
Manutenção de instalações	(662)	(172)
Outras	(232)	(526)
Provisão/Reversão de Contingências	(3.005)	(3.500)
Depreciação	(59)	(204)
Total	(7.866)	(9.511)

19.1. Despesas administrativas e comerciais

	2022	2021
Despesas com pessoal	(2.056)	(1.942)
Despesas com máquinas e equipamentos	(264)	(982)
Despesas com instalações	(159)	(889)
Impostos e taxas	(98)	(156)
Serviços prestados	(637)	(581)
Viagens	(69)	-
Despesas com escritório	(3)	(28)
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(108)	36
Baixa de crédito de incobráveis	85	(217)
Total	(3.309)	(4.759)

20. Resultado financeiro

Despesas financeiras	2022	2021
Juros pagos – empréstimos bancários (NE 9.1)	(2.936)	(1.764)
Juros pagos – fornecedores e outros	(932)	(1)
Variação monetária passiva sobre os mútuos (NE 13)	(130)	(42)
Juros arrendamento (14.1)	(1.505)	(1.183)
Despesas bancárias	(220)	(421)
Total	(5.723)	(3.411)

Receitas financeiras	2022	2021
Receitas com aplicações financeiras	346	234
Variação monetária ativa sobre os mútuos (NE 13)	454	1123
Outras receitas financeiras	48	302
Total	848	1.659
Resultado financeiro	(4.875)	(1.751)

21. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

A Companhia pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de prestações de serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes.

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.793	4.610
Contas a receber de clientes	463	146
Depósitos judiciais	107	1.519
Partes relacionadas	-	8.164
Total	2.363	14.439

Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	2022	2021
Fornecedores	7.999	6.807
Empréstimos e financiamentos	18.369	17.832
Partes relacionadas	1.241	992
Arrendamento mercantil	33.305	27.496
Total	60.914	53.126

Risco de taxa de juros

A Companhia gerencia este risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas, a forma que a Administração entende que qualquer volatilidade destas taxas não afetaria significativamente seu resultado, razão pela qual não está sendo apresentada a análise de sensibilidade.

Gestão de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere.

De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como empréstimos e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Para as operações de empréstimos e financiamentos a administração considera que valor justo se equipara ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações se referem preponderantemente a empréstimo de capital de giro com taxas usuais de mercado. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletem o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

2022				
Classificação		Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	Nível 1	1.793	1.793
Contas a receber de clientes	(ii)	Nível 2	463	463
Depósitos judiciais	(i)	Nível 1	107	107
Total			2.363	2.363
Passivo				
Fornecedores	(ii)	Nível 2	7.999	7.999
Arrendamento mercantil	(ii)	Nível 2	33.305	33.305
Partes relacionadas	(ii)	Nível 2	1.241	1.241
Empréstimos e financiamentos	(2)	Nível 2	18369	18369
Total			60.914	60.914

(i) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado; e

(ii) Custo amortizado.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** – *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

22. Imposto diferido – prejuízo fiscal

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto de renda diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual a Empresa espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas foram revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes aos impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. A seguir demonstramos o saldo dos ativos fiscais reconhecidos:

	2022	2021
Prejuízo fiscal acumulado	34.608	34.430
Total da base	34.608	34.430
(+) Prejuízo fiscal exercício	13.759	178
Ativo fiscais diferidos	34%	34%
Prejuízo fiscal acumulado	16.445	11.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.445	11.767

Os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa da contribuição social a serem compensadas com lucros tributáveis futuros não possuem prazos prescricionais.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os mesmos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operação.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24. Transações que não afetam caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2022	2021
Adições de direito de uso	8.692	7.273
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	8.692	7.273
Arrendamento mercantil	(8.692)	(7.273)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	(8.692)	(7.273)

* * *